



Pedro Paiva Marreca

**Celso Furtado:
Desenvolvimento e Democracia
No Brasil pré-revolucionário**

Monografia de Graduação

‘Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em História’

Orientador: Professor Luís Reznik

Rio de Janeiro,
Julho de 2011.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para minha formação ao longo desses anos. Pretendo fazê-lo sabendo da impossibilidade dessa tarefa, já que, felizmente, contei com a colaboração, apoio e amizade de muitos durante esse percurso.

Primeiramente agradeço aos meus familiares que sempre acreditaram nos meus sonhos e me apoiaram incondicionalmente: Ernesto Paiva Marreca Neto, Laura Gomes dos Santos, Márcia Siqueira Bais, Artur Marcelo Paiva Marreca, Eurídice Pinheiro Marreca e Grete Gomes dos Santos, muito obrigado, vocês são amor, força, referência e inspiração. Há quase cinco anos convivo com outra família que, assim como a minha própria, me acolheu e contribui com muito apoio e amor incondicional para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. De todo o coração, agradeço a família Sauwen por partilhar das melhores experiências e alegrias da minha vida nesses últimos anos, em especial Pérolla Sauwen, minha namorada e companheira que somou um infinito a minha vida, mais do que eu sonhava.

Só tenho a agradecer aos professores do Departamento de História da PUC-Rio com os quais tive o prazer de conviver. Terminei minha monografia acreditando que todos fizeram o possível para contribuir para minha formação, e posso dizer sem receio, que definitivamente aprendi muito com absolutamente todos, cada um a sua maneira. Cito de forma individual os professores que me ajudaram na elaboração deste trabalho desde seus primórdios: Eunícia Barcelos, Graça Salgado, Marcelo Jasmin, Mauricio Parada e Luís Reznik.

Sou muito agradecido a todos os funcionários do departamento que sempre fizeram de tudo para me ajudar (e como ajudaram!) de maneira incondicional, e sem os quais todo esse trajeto teria sido muito mais árduo.

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo analisar os conceitos “Desenvolvimento” e “Democracia” nos livros “A pré-revolução brasileira” (1962) e “A dialética do desenvolvimento” (1964), ambos escritos por Celso Furtado, e se restringe à análise do discurso do autor nos quatro primeiros anos da década de sessenta. É analisada a forma que Furtado articula os conceitos enquanto parte do “discurso político” da época, e é denotada uma apropriação singular que esse faz desses conceitos em relação ao debate intelectual do período. Outros conceitos como “Liberdade”, “Revolução”, “Estado”, “Luta de Classes”, “Marxismo” e “Ideologia” serão abarcados. Este trabalho está dividido em quatro partes, sendo a primeira a Introdução, seguido por dois capítulos de análise crítica dos dois livros, e o quarto, a conclusão, que, além das considerações finais, traz uma breve proposta de análise do diálogo entre Furtado e dois teóricos da democracia, respectivamente J. A. Schumpeter e R. Dahl.

PALAVRAS CHAVE:

Celso Furtado; Desenvolvimento; Democracia; Revolução; Luta de Classes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. A PRÉ-REVOLUÇÃO BRASILEIRA.....	14
2.1 DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE E REVOLUÇÃO.....	16
2.2 DESENVOLVIMENTO E ESTADO.....	21
3. A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO.....	25
3.1 DESENVOLVIMENTO E DIALÉTICA.....	26
3.2 DESENVOLVIMENTO, LUTA DE CLASSES, MARXISMO E IDEOLOGIA.....	29
3.3 DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA.....	35
4. CONCLUSÃO.....	40

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar a relação entre os conceitos “desenvolvimento” e “democracia” na obra de Celso Furtado durante os primeiros quatro anos da década de sessenta, mais precisamente em dois de seus livros: “A pré-revolução brasileira” (1962) e “A dialética do desenvolvimento” (1964). A escolha desse tema deriva do fato de que, a partir da análise desses conceitos, podemos identificar singularidades na obra de Furtado que, apesar dos extensos estudos sobre o desenvolvimentismo e a produção intelectual desse período, nos ajudam a repensar classificações e compreender melhor o embate de ideias e discursos da época. Não pretendo traçar uma crítica direta aos autores nem às obras sobre a produção intelectual do período, mesmo porque minha proposta surge a partir das análises de textos como: “O pensamento econômico brasileiro”, de Ricardo Bielschowski, e “Os intelectuais e a política no Brasil”, de Daniel Pécaut. Após essas leituras, concluí que apesar de ambos apontarem uma mudança no discurso de alguns intelectuais após a década de sessenta, ou mesmo ressaltarem diferenças na posição de Furtado quanto a alguns pontos, como as reformas sociais, os autores não desenvolvem as nuances que singularizam o discurso de Furtado em meio ao debate tão plural, característico desse momento.

Buscarei aproximar minha análise do campo que Pocock denomina como “história do discurso”, na tentativa de compreender as intenções do autor com o “ato de fala” (*parole*), dentro de um contexto linguístico específico (*langue*), e os efeitos e consequências desse em seu tempo¹. No caso da análise específica desses textos de Furtado, tem-se a vantagem nesse tipo de abordagem, pois o autor está buscando trabalhar e discutir conceitos para que possam ser melhor compreendidos e empregados na política de seu próprio tempo. Essa abordagem explícita do papel dos conceitos pelo autor veio facilitar o trabalho da análise do discurso, pois ele busca dialogar diretamente com as outras propostas em voga na época de sua elaboração, configurando o proposto por Pocock:

“Sob esse aspecto, um autor é tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto inovador que atua sobre a

¹POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: edusp, 2003.

linguagem de maneira a induzir a momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada.”²

Neste sentido, minha intenção é denotar as diferentes apropriações dos conceitos por diversos grupos e matizes políticos, partindo dos textos de Furtado. Estes, como já foi dito, parecem ser ricos documentos para este tipo de análise, em direção ao debate intelectual do período, que, como se sabe, gira em grande parte em torno do conceito de “desenvolvimento”.

“Pode-se aprender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que as linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes de universo do discurso político, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso”³

Este trabalho não pretende ser conclusivo, ou mesmo ter um fim em si mesmo. Na verdade, minha intenção foi iniciar um pequeno estudo dos conceitos desse período a partir destas obras de Furtado, almejando poder realizar um dia uma pesquisa mais profunda que configure propriamente uma “história do discurso político”. Os documentos e a temporalidade que selecionei me parecem oportunos para o princípio desta pesquisa, pois tenho a impressão que esses marcam a mudança de alguns paradigmas da época de forma bem explícita, possibilitando um vasto campo para experimentações e explorações.

“o historiador está constantemente atento às ocasiões em que a explicação da linguagem foi efetuada por atores da história que ele está estudando. Ou seja, ocasiões em que os próprios usuários da linguagem comentam seu uso criticamente, reflexivamente, por meio de linguagens de segunda ordem, por eles desenvolvidas com esse propósito.”⁴

Tendo a acreditar que os esforços constituídos por Furtado ao buscar “desmistificar conceitos” e ao mesmo tempo promover a incorporação de outros ao seu discurso, caracterizam o que Pocock irá chamar de “lance”. Nesse sentido, podemos constatar que a valorização da democracia e das reformas sociais, árdua e prematuramente defendidas nos textos de Furtado do início da década de

²Ibid. p. 29.

³Ibid. p. 31.

⁴Ibid. p. 35.

sessenta, vão ganhar grande destaque no debate intelectual a partir desse momento, e principalmente após o golpe de 1964.

A vida e a obra de Celso Furtado são amplamente conhecidas: formado em direito, doutor em economia, importante teórico do setor público desenvolvimentista na década de 50, integrante da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), autor de livros clássicos como “Formação econômica do Brasil”, chefe do grupo misto Cepal-BNDE, chefe da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Em fins 1962 ocupa a chefia do ministério extraordinário do planejamento, lançando o plano trienal do governo Goulart em meio à instauração de grande crise política que o afasta do cargo e, por um bom tempo, da vida pública nacional.

Ricardo Bielschowski⁵ o considera o maior representante do grupo desenvolvimentista nacionalista brasileiro por sua contribuição na propagação das teorias estruturalistas. Pregando submissão da política monetária e cambial à política de desenvolvimento nacional e defendendo a liderança do Estado na efetivação do desenvolvimento e das reformas sociais, Furtado adquire papel de destaque mesmo entre seus pares desenvolvimentistas nacionalistas. A seguir, irei expor brevemente o contexto da industrialização brasileira no pós-segunda guerra mundial, segundo Furtado.

A década de cinquenta foi permeada de debates intelectuais a respeito do desenvolvimento econômico e seus reflexos nos planos sociais e políticos. A América Latina e o Brasil passavam por um período de industrialização, entrada de empresas multinacionais, e protagonizaram grande debate a respeito da superação do subdesenvolvimento. Celso Furtado criava suas teses quanto ao desenvolvimento dependente, ao papel do Estado no desenvolvimento e voltava-se para a situação do nordeste, que iria levá-lo a criação da SUDENE no fim da década.

A tradição liberal vinha sofrendo abalos desde os anos 30 com as teorias keynesianas, e as propostas em torno de políticas de intervenção do Estado na economia deram o tom dos debates também durante os anos 40 e 50. As confrontações às teses liberais no Brasil tiveram diversas vertentes, dentre as quais, a da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que ganha

⁵ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

destaque sob a influência de Raúl Prebisch e Celso Furtado. A partir do pensamento “cepalino”, novas propostas de intervenção do Estado na economia começam a ser admitidas nos países considerados subdesenvolvidos, como forma de alcançar o desenvolvimento; esse, analisado sob uma ótica estruturalista, o que determina um papel ativo do Estado para a sua obtenção. A condição de subdesenvolvimento era vista, segundo essa corrente, como um problema de ordem histórica, ainda que de forma diferente do materialismo histórico.

Até a segunda guerra mundial o crescimento das grandes economias mundiais se fundava basicamente no mercado interno e seu dinamismo, cabendo ao mercado externo e às trocas internacionais uma função meramente complementar. Esse modelo dava relativa autonomia para os estados nacionais, ficando as trocas internacionais restritas basicamente à aquisição de matérias-primas, o que determinava para os países exportadores dessas, uma perpétua dependência do mercado externo e de suas oscilações. Esses só tinham contato com os produtos manufaturados através de importações, configurando a tese ricardiana liberal das especializações.

Com grandes transformações que se perpetravam na economia mundial do pós-guerra, novos elementos viriam a ser somados à dinâmica econômica mundial. A circulação de bens de capitais foi progressivamente facilitada, fazendo com que a concorrência internacional passasse a ser um fator determinante do crescimento. Dentro deste quadro, a concentração de capital se intensificou, o ciclo de vida dos produtos diminuiu, e a concorrência fez-se na base da inovação, passando os investimentos em tecnologia a desempenhar papel estratégico na ação das empresas; o que culminou com o desenvolvimento de um sistema econômico mundial. As empresas ganham peso considerável na economia e política mundial, e o papel dos Estados restringe-se, basicamente, à prestação de serviços sociais, que têm sua demanda aumentada com o declínio do papel desses mesmos Estados. Após anos de crescimento apoiado no mercado interno, configura-se um quadro de crescente internacionalização e abertura do comércio mundial, sob a égide norte-americana para a parcela do planeta que o Brasil fazia parte. Cada vez mais os países especializados na exportação de matéria-prima, como era o caso do Brasil, ficavam reféns e ocupavam posição subalterna no plano internacional. O mundo bipolar dava pouco espaço para os subdesenvolvidos, exportadores de gêneros primários; a industrialização tornava-se, antes de uma opção, um

imperativo. Durante a década de 50, no Brasil, é imposta uma transição forçada de capitais da agricultura para as indústrias, com o aporte de recursos tecnológicos e financeiros de empresas transnacionais. O Brasil iniciava seu ciclo de industrialização apoiada no mercado interno com considerável atraso, contando com o capital estrangeiro, que entrava com tecnologia e equipamentos ultrapassados e desfrutava de mercado protegido e altos lucros.

Os anos cinquenta são palco da grande efervescência política e ideológica, caracterizando, segundo Bielschowski, o auge do pensamento desenvolvimentista. Por outro lado, a partir de 1961 o autor denota o surgimento de uma crise deste pensamento, agravada pela crise política e econômica.

Durante o ano de 1962, Furtado estava à frente da SUDENE quando Jânio Quadros renuncia e instaura-se grande instabilidade política no país. O aporte de dinheiro propiciado pelo governo Kennedy sob a política da “Aliança para o progresso” parecia a Furtado uma possibilidade de melhorias nas relações entre Estados Unidos e Brasil, e uma ajuda à aceleração do desenvolvimento do nordeste. Na prática, porém, o governo norte-americano demonstrava que nutria grandes desconfianças quanto ao papel da SUDENE, disposta a não permitir a distribuição desigual de recursos baseada afinidade política e ideológica. A “síndrome de Cuba” fazia com que os norte-americanos vissem a organização das ligas camponesas no nordeste como um potencial foco revolucionário, demandando atenção. Exemplo da intervenção norte-americana nas políticas regionais se deu com o corte de recursos para o estado de Pernambuco quando o usineiro e então governador Cid Sampaio foi precedido por Miguel Arraes nas eleições de 1962.⁶

A tentativa simultânea de capitalizar recursos norte-americanos e garantir sua distribuição justa pelos estados rendeu a Furtado críticas de diversos matizes políticos. Enquanto a Assis Chateaubriand, Carlos Lacerda e a revista “O Cruzeiro” o taxam de “sabotador da Aliança para o Progresso”, “O Semanário”, ligado ao PCB, o chama de “novo agente de Wall Street”⁷. Para Furtado essas visões distorcidas denotavam a polarização da opinião pública a um estado crítico, no qual, a direita mostrava-se decidida a frear o avanço das forças sociais e a

⁶A respeito da trajetória de Furtado na SUDENE e suas críticas à Aliança para o Progresso ver: FURTADO, Celso. *Fantasia Desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

⁷Ibid. p. 133.

esquerda preparava-se para a radicalização e a revolução, o que o leva a escrever “A pré-revolução brasileira”.

Em fins de 1962, pouco antes do plebiscito que iria restaurar o presidencialismo no Brasil, Furtado é chamado pelo presidente Jango, por indicação de San Tiago Dantas, para assumir um novo ministério chamado “Ministério Extraordinário do Planejamento”. Com isso, Jango pretendia que Furtado elaborasse um plano de governo para ser apresentado antes do plebiscito. Em menos de três meses à frente do novo ministério, Furtado apresenta o que se convencionou chamar Plano Trienal. O insucesso do plano, que não contou com apoio estrangeiro apesar das medidas de contenção de gastos, parece para Furtado como um indício que o governo norte americano não nutria simpatias e nem iria zelar pela manutenção do governo Goulart.

Em junho de 1963, Furtado é afastado do ministério extraordinário, apesar de já ter solicitado ele próprio a liberação da função, essa só ocorre juntamente com a troca de todos os ministérios. Enquanto isso a SUDENE segue a todo vapor com a aprovação do II Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste. O desenvolvimento da região beneficia-se da eleição de Miguel Arraes, que determina a aplicação imediata do “Estatuto da Terra” aprovado no congresso em Março de 1963, com apoio do novo ministro da guerra que assume em junho, o general Jair Dantas Ribeiro, promovendo o que Furtado considera como o vislumbre de um novo quadro social. Essas mudanças sociais no campo promovem grande inquietação nos setores conservadores do país.

Após a morte de Kennedy, em novembro de 1963, Furtado considera que a política de Aliança para o Progresso transformasse meramente em “um instrumento de intervenção do governo de Washington”⁸, e a democracia brasileira está seriamente ameaçada. Com isso em mente, ele procura reunir diversos ensaios que tratariam de temas pertinentes à democracia e à mudança social no livro intitulado “A Dialética do Desenvolvimento”, lançado em janeiro de 1964.

A defesa da democracia e a necessidade urgente das reformas de base são os principais temas presentes no livro de Furtado “A pré-revolução brasileira” (1962), refutando o argumento do próprio Bielschowski que os

⁸Ibid. p. 180.

desenvolvimentistas, em geral, não eram tão preocupados com a questão das reformas de base. Isso demonstra o pioneirismo de Furtado ao determinar em seu livro que este tipo de reforma era de extrema urgência para se corrigir o anacronismo na estrutura agrária do país e garantir a manutenção da democracia.

“Em sua grande maioria, os economistas nacionalistas eram pessoas particularmente preocupadas com as condições de desemprego, pobreza e atraso cultural da população brasileira, e com o arcaísmo das instituições vigentes no país, fosse no campo ou no interior da administração estatal. Não se deve, porém, exagerar a importância desse aspecto do pensamento dos nacionalistas. Trata-se de um traço menos marcante que a posição que assumiam frente a questões monetárias, e em nada comparável à ênfase que davam à defesa da intervenção estatal na economia.”⁹

Como poderá ser visto na posterior análise dos livros, as reformas institucionais e de base para a manutenção da democracia são, se não o cerne, o coração do pensamento de Furtado neste momento de crise. Além dessa notável diferença com outros intelectuais e desenvolvimentistas, eu iria mais fundo que Bernardo Ricupero quando ele argumenta que Furtado foi um grande responsável por retirar o conceito “Estado” do domínio do pensamento conservador no Brasil¹⁰ e diria que também consta como sua responsabilidade a defesa da “democracia”, enquanto esta também era domínio conservador, como ilustra Pécaut em:

“Ao longo de nosso percurso através dos anos 30 e 50, não encontramos muitos intelectuais inclinados ao elogio da democracia ‘formal’. Quando a democracia não era pura e simplesmente identificada com liberalismo oligárquico, desagregação social e individualismo nocivo, em resumo, com tudo que criasse obstáculos à construção nacional, era identificada com a supremacia das elites tradicionais, com a deformação da representação nacional ou com imobilismo. Embora alguns membros da Esquerda Democrática se esforcem, após 1945, em fazer prevalecer outra imagem da democracia, são rapidamente marginalizados pelos grandes contingentes de intelectuais que depois se prontificaram a recolher a herança getulista e a promover o povo ao nível de sujeito da Nação. Conforme sua visão da vida política, a posição que os intelectuais se conferem não os incita a manifestar um zelo excessivo quanto aos procedimentos democráticos.”¹¹

⁹BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op. cit. p. 131.

¹⁰RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. Disponível em <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 10 abr. 2011.

¹¹PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Atica, 1990. p. 192.

Assim como em referência direta aos nacionalistas:

“Mostraremos também que os antinacionalistas usavam e abusavam de referência democrática, o que pode explicar, em parte, por que os nacionalistas foram tão parcimoniosos nesse assunto e lhe deram uma conotação negativa, dado que esta se limitava a designar os procedimentos de representação.”¹²

Por outro lado, para Furtado, a manutenção da democracia é objetivo de primeira importância, como pode ser visto nos “A pré-revolução brasileira” (1962), e “A dialética do desenvolvimento” (1964). Neste segundo, o autor elabora uma teoria da mudança social baseada no modelo democrático. De acordo com ele, o modelo democrático seria a única forma de organização política capaz de conciliar desenvolvimento e liberdade, sendo ambos dependentes de reformas sociais, distribuição de renda, um marco institucional flexível e representação política. Esse modelo seria o único que permitiria o conflito de diferentes classes e propostas políticas e, sob uma análise dialética, isso levaria ao desenvolvimento. A revolução é firmemente descartada, afastando-o dos socialistas, o conflito social e a democracia são vistos como imprescindíveis, demonstrando que as diversas críticas formuladas posteriormente pelos intelectuais paulistas ao ISEB não se aplicam ao pensamento de Furtado.

Se Pécaut e Bielschowski relativizam o engajamento dos desenvolvimentistas nacionalistas quanto à defesa da democracia e das reformas de base, há certamente de se fazer uma ressalva ao nome de Furtado. Este, de fato, se compromete com essas duas questões como elementares e fundamentais para o desenvolvimento no país. E enquanto os críticos da escola paulista e do CEBRAP vão argumentar que o nacional-desenvolvimentismo representava os “interesses particulares das elites”¹³, vale lembrar que a distribuição de renda e as reformas sociais são abertamente defendidas por Furtado como fundamentais para o equilíbrio dinâmico do capitalismo.

Este projeto monográfico pretende demonstrar nuances do pensamento de Furtado que o tornam bastante singular nesse momento de crise. A relação entre desenvolvimento e democracia, em sua abordagem, nos permite articular com toda uma série de conceitos presentes em sua obra como: liberdade, revolução,

¹²Ibid. p. 103.

¹³VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004. p. 212.

Estado, luta de classes, marxismo e ideologia, que, espero, particularizem as propostas de Furtado perante as demais propostas das diferentes correntes políticas da época. Para isso busquei relacionar, ainda que brevemente, alguns pontos das teorias de Furtado com os autores com os quais ele irá dialogar nas obras. Nesse sentido, serão feitas algumas considerações a respeito de teorias de Gunnar Myrdal, Joseph Schumpeter, Karl Mannheim e Friedrich List. Na parte final do estudo é proposto um breve diálogo entre a concepção democrática de Furtado com dois teóricos da democracia, respectivamente: J. A Schumpeter e R Dahl.

Não me preocupei em expor amplamente as críticas feitas ao pensamento nacional desenvolvimentista, mas elas podem ser encontradas em: Bielschowski (2004), Pécaut (1990), Vianna (1999) Ianni (1971), dentre outros. Optei por dividir a monografia em introdução e análise dos livros e conceitos pertinentes e conclusão.

2. A PRÉ-REVOLUÇÃO BRASILEIRA (1962)

O livro “A pré-revolução brasileira” é composto por um conjunto de estudos, voltados para o público universitário, que visava chamar a atenção para graves problemas que, segundo Furtado, evidenciavam-se naquela fase do desenvolvimento brasileiro. Inicialmente divulgados como ensaios na imprensa paulista e depois publicados em livro com ampla circulação, os estudos que compunham o livro têm difusão pela América Latina, Europa e Estados Unidos. É publicado em língua inglesa pela renomada revista norte-americana “ForeingAffairs”, em 1963, e adquire, por conta disso, maior repercussão na chamada grande imprensa brasileira e na esfera política da época.

O próprio título do livro denota que se tratava de um momento tenso na política brasileira. Significativas mudanças ocorriam no quadro social do país como a organização de ligas camponesas pelo país, a polarização da opinião pública e dos quadros intelectuais em torno dos paradigmas da Guerra Fria, severas ingerências do governo norte-americano na SUDENE sob o signo da “Aliança para o Progresso”, e a maior preocupação de Furtado neste livro, a baixa estima do modelo democrático nas mais diversas tendências políticas, sejam elas de direita ou de esquerda.

Notadamente, Furtado escreve para a juventude universitária, pois vê a possibilidade de ação e a participação, tão próprias das filosofias com as quais ele irá dialogar no livro, como dever do intelectual. Como é alegado em sua autobiografia, além disso, ele acredita seriamente na capacidade do país superar os problemas causados por seu próprio subdesenvolvimento, o que por sua vez está relacionado com a interpretação cepalina do subdesenvolvimento como condição histórica e superável. Outro fator decisivo para que o autor publicasse o livro, dizia respeito à própria teoria do desenvolvimento. Furtado acreditava que aquele momento, além de tenso, era um momento único e de grandes possibilidades positivas caso fosse bem aproveitado. O mundo estava polarizado radicalmente entre os blocos norte-americano e soviético, e como o Brasil assumia a postura de não alinhamento, tínhamos um raro momento de autonomia e possibilidade de auto-determinação, sendo necessário para isso abandonar os radicalismos e tentar conciliar as opiniões por vias institucionais. Partindo dessas premissas o autor irá escrever o livro visando derrubar a falsa oposição teórica

entre desenvolvimento e liberdade, buscando desmistificar para sociedade o que era chamado pela direita de marxismo-leninismo e mostrar para as esquerdas a contradição entre seus objetivos e os meios de obtê-los.

A oposição entre desenvolvimento e liberdade era proposta como uma questão de escolha para a superação do subdesenvolvimento, tendo como grande referência a revolução soviética. Para correntes de diversos matizes políticos, só se poderia promover o rápido desenvolvimento econômico e a partilha do produto social com um regime autoritário de caráter socialista e a custo da supressão de liberdades individuais. Essa ideia decorria do que Furtado irá chamar de custo social do desenvolvimento, que basicamente remete à sensível percepção de que, apesar do desenvolvimento econômico, as grandes massas não compartilharam das benesses do mesmo. Perduram a concentração de renda, o anacronismo na estrutura agrária, o aumento relativo da renda da terra, o seu aproveitamento por grupos parasitários e a falta de uma política social do Estado, que por sua vez teve suas funções ampliadas e diversificadas, mas não contou com devidas reformas. Furtado irá criticar severamente esse pensamento, que separava a possibilidade de efetivação do desenvolvimento e da liberdade simultaneamente, argumentando que esses devem ser os objetivos irredutíveis a serem perseguidos em conjunto.

Para Furtado, as tensões que rondam o país, derivadas da organização das ligas e da reivindicação de direitos no campo, são sintomas que evidenciam a incorporação de classes até então excluídas politicamente. E enquanto essas reivindicações deixam a direita desesperada, sob a síndrome de Cuba e temendo uma revolução, essa deveria lembrar que, segundo o próprio marxismo, uma revolução seria ineficiente onde o Estado fosse uma estrutura representativa das diversas classes, e a esquerda, ao invés de ver essa organização como uma aproximação da revolução, e por isso campo fértil para a radicalização, deveria abrir os olhos para a possibilidade institucional.

2.1 DESENVOLVIMENTO, LIBERDADE E REVOLUÇÃO

“A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros.”¹⁴

Devido ao desenvolvimento econômico dos anos anteriores e a conjuntura internacional, Furtado vê nesse momento uma oportunidade única para trazer os centros de decisão da política nacional para dentro de nossas fronteiras, ou seja, a possibilidade, ou ainda responsabilidade, do Brasil se auto-dirigir.

A primeira questão abordada no livro diz respeito ao que ele chama de “custo social do desenvolvimento”. Este seria resultado da simples constatação de que, apesar do desenvolvimento econômico, seus frutos não podem ser usufruídos pela maior parte da população. Os trabalhadores rurais e os operários, que nesse momento representavam grande parte da população brasileira, viram aumentar a concentração de renda, de terra, e diminuir a oferta de empregos, sem a melhoria significativa das suas condições de vida. Segundo o autor, sob o nome do desenvolvimento, são concedidos subsídios supérfluos enriquecendo grupos parasitários e promovendo maior concentração da riqueza, pois o Estado havia passado por uma ampliação e diversificação de suas funções sem a devida reforma de suas bases para garantir uma administração efetiva e justa.

Juntamente com a percepção de que podemos nos auto-dirigir, a constatação de que os frutos do desenvolvimento não vêm sendo repartidos justamente levam à indignação da juventude brasileira e à busca de uma filosofia da ação.

Partindo dessas observações, Furtado vê a necessidade de esclarecer alguns pontos a respeito de uma das filosofias de ação com mais penetração na sociedade brasileira: o marxismo. Devido a crescente polarização política e social e a radicalização do discurso da mídia, o autor faz uma tentativa de desmistificar o marxismo dispondo-o da seguinte forma:

¹⁴FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. p. 63.

“a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria;
b) o reconhecimento de que a realidade social é histórica; portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e
c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta a política consciente de reconstrução social.”¹⁵

Apresentando o marxismo como uma filosofia de ação otimista, Furtado quer explicar o porquê da grande penetração dessa no imaginário político da juventude do Brasil. Em um momento de sentimento de auto-direção e responsabilidade, a resposta viria em uma filosofia que prevê a possibilidade de intervenção do homem, através da razão, na história e em seu desenvolvimento. O homem poderia, através do uso da razão, obter a liberdade. Essa possibilidade de ação e a conseqüente liberdade seriam os grandes atrativos do marxismo junto à juventude.

Num mundo dividido entre grandes potências, o Brasil não teria grande representação, por isso, deveria voltar-se para si e identificar os interesses e objetivos próprios da sociedade brasileira.

“a nossa impotência em face do impasse mundial tem, como reverso, maior margem de liberdade no que respeita a determinação dos próprios objetivos. E como sói acontecer, essa margem maior de liberdade traz consigo uma consciência mais clara de responsabilidade”¹⁶

Deste pressuposto Furtado determina os objetivos inseparáveis e irreduzíveis da ação política no Brasil daquele momento: humanismo e otimismo com respeito à evolução material, ou, liberdade e desenvolvimento econômico. O termo humanismo foi usado para se contrapor à ideia de liberdade típica do individualismo do século XIX que, no caso, contrapor-se-ia ao social em detrimento do individual, denotando a aproximação de Furtado do pensamento social-democrata.

Selecionados nossos próprios objetivos, buscar-se-ia então desfazer a falsa oposição entre liberdade e desenvolvimento. Uma das grandes discussões entre os setores desenvolvimentistas, os neoliberais e os socialistas dizia respeito à

¹⁵Ibid. p. 17.

¹⁶Ibid. p. 19.

possibilidade da promoção de rápido desenvolvimento com a manutenção das liberdades democráticas. Os neoliberais e mesmo alguns setores desenvolvimentistas propunham que era necessário haver “crescer para depois distribuir”¹⁷, ou seja, negavam a possibilidade de rápido crescimento e distribuição de renda. De acordo com os socialistas, principalmente após a década de 60, quando Bielschowsky denota uma mudança no discurso, a única forma de um país subdesenvolvido superar rapidamente essa condição seria através da supressão das liberdades via revolução marxista-leninista, tendo como grande exemplo o caso da URSS.

“A novidade, entre as esquerdas, foi o surgimento de diversas organizações dissidentes e de projetos revolucionários divergentes entre si. Os economistas e intelectuais do PCB e dessas organizações, bem como os esquerdistas independentes, produziram um volumoso conjunto de artigos nos quais a análise econômica é bastante escassa, sobressaindo-se a discussão política, centrada na questão da etapa revolucionária e da tática e estratégia da revolução brasileira.”¹⁸

Furtado irá atentar para os problemas dessa interpretação partindo do ponto básico que isso violaria a liberdade, um dos objetivos irredutíveis, e segundo ele, esse tipo de revolução não poderia ser aplicado a uma sociedade aberta, mas somente a governos de estrutura rígida, como o estado Tzarista e a Cuba de Batista. A imposição de uma ditadura seria um retrocesso numa sociedade aberta, mesmo que fosse para promover o desenvolvimento.

“Se é verdade que a ampliação da base material trazida pelo desenvolvimento vem facilitar ao homem uma vida mais plena, não o é menos que a forma de organização político-social constitui o marco dentro do qual se afirmam as manifestações superiores da vida do homem. [...] Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Deste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político.”¹⁹

¹⁷ A respeito desta proposição ver a posição de Simonsen em: CEPEDA, V. A. *Reverendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento*. Disponível em <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/150/114>> Acesso em 5 jun. 2011.

¹⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. Op.cit. p. 429.

¹⁹ FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. p. 27.

No caso brasileiro, Furtado vai identificar um segmento da sociedade fortemente suscetível a sucumbir à ideia de uma revolução marxista-leninista: os camponeses. A classe operária viveria em uma sociedade aberta, na qual ela poderia se organizar e fazer suas reivindicações sob o jogo das regras democráticas, porém, no campo, no mundo do trabalho, vive-se uma sociedade fechada, e essas sim estão suscetíveis a aderir ao método revolucionário. Aí está identificado o que o autor chama de “dualidade da estrutura político-social brasileira”, que indicaria, segundo ele, o maior risco de uma revolução naquelas circunstâncias. A outra possibilidade de efetivação de uma revolução marxista-leninista no Brasil, identificada por Furtado, diria respeito a caso houvesse um retrocesso político ou uma ditadura de direita, que tornasse rígida a estrutura política do Brasil, criando condições para esse tipo de revolução.

“Quando afirmamos que o problema do Nordeste é grave, queremos apenas dizer que já não é possível esconder a miséria dos nordestinos deles mesmos, já não é possível conservá-los narcotizados e isolados. [...] Sou daqueles que acredita que numa sociedade dinâmica os problemas sociais, mesmo aqueles de maior profundidade, podem encontrar soluções se prematuramente diagnosticados. Porque não solucionamos racionalmente nossos problemas, apenas tentamos isolá-los ou esquecê-los, é que provocamos situações irreversíveis que pressionam fatalmente no sentido de rupturas cataclísmicas.”²⁰

Os problemas do Nordeste remetem a política cambial do pós-guerra e ao que Furtado chama de industrialização “sem as diretrizes de uma autêntica política de industrialização”, que leva a diversas incongruências relativas a desequilíbrios regionais e complementaridade de investimentos. A situação do Nordeste perante as outras regiões é análoga à situação do Brasil enquanto subdesenvolvido no sistema internacional.

Furtado acredita que o conflito político em um ambiente democrático fortalece essa mesma democracia. Porém, nesse momento de crise e polarização de opiniões, ele parece compartilhar da proposta de Schumpeter de que em momentos que a nação está dividida entre questões básicas de sua estrutura social, o modelo democrático precisa ser defendido, pois aí reside a fraqueza que a sociedade burguesa não conseguiu suprir.

²⁰Ibid. p. 48.

“não se pode esperar que a democracia funcione satisfatoriamente a menos que a vasta maioria do povo, em todas as classes, esteja resolvida a observar as regras do jogo democrático e que essa observância, por seu turno, signifique que todos concordam basicamente sobre os princípios fundamentais da estrutura institucional.”²¹

Definindo-se como humanista e elegendo como objetivo fundamental a liberdade de todas as formas de exploração e sujeição Furtado propõe que o desenvolvimento conduzido com verdadeiro critério social é a única forma de obtê-lo. O desenvolvimento vinha promovendo mudanças na estrutura social brasileira e novas demandas de novos estratos vão se manifestando, levando a um clima de ansiedades coletivas, tanto nas esferas ditas conservadoras quanto progressistas, o que configurava essa fase pré-revolucionária. Por conta dessa ansiedade e demandas, as técnicas de transformação social e os métodos revolucionários têm grande importância nas preocupações políticas da época, e nesse sentido, o desenvolvimento se torna um imperativo, sendo ele uma forma de atenuar (e não extinguir) os conflitos, próprios da democracia, sem uma intervenção autoritária.

Deve-se, portanto, a fim de preservar a democracia, ter como diretrizes evitar qualquer tipo de retrocesso na ordem política e combater o anacronismo da estrutura agrária do país, pois esses seriam os motivos que dariam legitimidade a uma revolução marxista-leninista.

“O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e se lançam as soluções de emergência ou golpes preventivos. Fossem as modificações progressivas ou gradativas, e o sistema político-social resistiria.”²²

Nesse momento a tarefa deveria ser dar maior elasticidade às estruturas através de reformas: agrária, da máquina administrativa estatal, do sistema fiscal, da estrutura bancária; ampliar e regular a atuação do Estado.

²¹SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 374.

²²FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. p. 31.

2.2 DESENVOLVIMENTO E ESTADO

Segundo Furtado, os três decênios posteriores a 1930 corresponderiam ao momento de desagregação da economia colonial e busca de novos caminhos para o desenvolvimento econômico. Este seria um momento de transição da economia exportadora para a industrialização, já que a primeira tinha passado por momentos de crise e progressivamente desacreditava-se na possibilidade de desenvolvimento efetivo baseado naquele modelo.

Porém, Furtado vai argumentar que, no Brasil, a própria migração do capital agro-exportador para a indústria se deu muito mais pela conjuntura histórica do que efetivamente por planejamento e iniciativa dos homens públicos, no que ele chama de “industrialização de tabela”. Esta ocorre como “consequência indireta de uma política inspirada no propósito de preservar a velha economia de exportação em crise”. Furtado toma de empréstimo de Myrdal a concepção de que toda política econômica tem de ser submissa a uma autêntica política de desenvolvimento.

“A política é uma arte circunscrita pelo real e pelo possível, e precisamente por essa razão pode apelar para o auxílio da ciência econômica. O político pode razoavelmente esperar que o economista explique a situação real e o estado dos efeitos de diferentes modos possíveis de ação em relação à mesma situação inicial. Mas o cientista não deve se aventurar além disso. Se deseja ir além, precisa de outra série de premissas que não está a disposição da ciência: um juízo de valor para guiá-lo na sua escolha dos efeitos que são politicamente desejáveis e os meios permissivos para levá-los a cabo.”²³

Em um segundo momento, referente ao imediato pós-guerra e ao governo Dutra, vigora o diagnóstico que a industrialização dos anos trinta foi feita de forma artificial, e propõe-se um movimento contrário de incentivo às importações. Este diagnóstico equivocado leva ao esgotamento das reservas de câmbio acumuladas com a guerra em menos de dois anos. Em decorrência desse malfadado plano, adota-se, a partir de 1948, uma política cambial que favorece a industrialização “sem, contudo, obedecer a diretrizes de uma autêntica política de industrialização”, privilegiando investimentos em setores não essenciais da indústria. A infraestrutura que contávamos foi herdada do período colonial e do

²³MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 16.

modelo de exportação, obsoletos e mais de acordo com os interesses estrangeiros, que propriamente nacionais.

“É necessário combinar esses dois fatos que caracterizam o período que se encerra em 1954 – ausência de política de investimentos de infra-estrutura e clima de especulação nos investimentos industriais privados com hipertrofia dos setores menos essenciais.”²⁴

Fazia-se necessário uma política de orientação dos investimentos com vista na correção dos desequilíbrios causados pela falta de uma política de desenvolvimento assentada no planejamento de longo prazo. Contrariando as pregações monetaristas, a partir de 1953, começa a se estruturar uma política desenvolvimentista, que aloca recursos nos setores estratégicos até então abandonados. Segundo Furtado, aí delimita-se uma nova fase, superado o momento de manutenção dos mecanismos coloniais e determinados novos caminhos para o desenvolvimento nacional, baseado na industrialização e no planejamento econômico.

“A velha estrutura colonial está enterrada no passado. O desenvolvimento econômico, hoje, é basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe antepõem, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento seu magno objetivo.”²⁵

Furtado considera ser dever de qualquer político que chegar ao poder lutar pelo desenvolvimento, caso contrário, entraria em choque com “as forças profundas” que conformam o nosso processo histórico nessa fase.

Com a crise dos paradigmas do *laissez-faire*, as teorias de política econômica ganham uma nova amplitude. A ineficiência dos automatismos econômicos elevam a possibilidade da discussão em torno das reformas de base ou estruturais. Segundo Furtado, modelos econômicos quantitativos têm eficácia em países desenvolvidos e têm sua maior preocupação na manutenção do pleno emprego. No caso do Brasil, considerado um país subdesenvolvido, não se poderia simplesmente aplicar o mesmo método aplicado no passado dos países

²⁴FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. p. 67.

²⁵Ibid. p. 68.

desenvolvidos. Contaríamos com uma estrutura econômica pouco diferenciada e pouca integrada em nosso sistema, portanto, medidas meramente quantitativas seriam insuficientes para corrigir nossa estrutura agrária anacrônica, na medida em que a própria absorção de capital e tecnologia no campo poderia ser prejudicada por essa. As medidas que nosso subdesenvolvimento demanda seriam de natureza qualitativa, e requerem uma análise mais profunda do que a meramente econômica. Presa a automatismos, essa careceria dos instrumentos para a identificação dos obstáculos estruturais específicos do subdesenvolvimento.

O desenvolvimento industrial dos anos anteriores havia levado a consciência da necessidade de reformas de base, que, por sua vez, geram as tensões da época. A rapidez das transformações econômicas decorrentes da rápida industrialização haviam criado grandes desajustes estruturais que se projetavam na política, e as reformas de base serviriam para minimizar esses desajustes e ajudar na acomodação dessas transformações. Muitas das teorias de Furtado como as críticas quanto à divisão internacional do comércio, à falta de interesse dos países desenvolvidos na industrialização dos periféricos, e conseqüentemente do papel do Estado na promoção do desenvolvimento derivam do chamado corolário listiano. Friedrich List foi um dos maiores economistas do início do século XIX da região da Alemanha, responsável pela chamada “via prussiana de desenvolvimento”.²⁶

Furtado acreditava que, tratando-se de economias subdesenvolvidas, a pura aplicação do *laissez-faire* somente condiciona e perpetua essa condição, já que não aborda os chamados vícios estruturais característicos dessas, comprometendo o desenvolvimento. No caso de uma economia desenvolvida, a intervenção estatal pode ser feita de forma indireta, com medidas de ordem monetária, o que se mostra insuficiente em um país como o Brasil. Se se intenta melhorar as condições de vida da população, alcançando os ideais de bem-estar social para a maioria da população é necessário que se desfaça o mito de que toda redução do *laissez-faire* determina uma supressão na liberdade individual e lançar mão de mecanismos de ação e regulação estatal. Furtado faz o balanço que o nível de intervenção necessária em uma economia subdesenvolvida seria inaceitável no

²⁶ Quanto a apropriação de aspectos teóricos que Furtado toma de empréstimo de List ver: CEPEDA, V. A. *Reverendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento*. p. 103.

caso de uma economia desenvolvida, e concorda ser difícil regular a própria amplitude e duração da ação estatal. Visando solucionar essa questão, é proposto o elemento do planejamento econômico prévio segundo o modelo desenvolvido pela CEPAL, que regularia o momento e as condições que o estado começaria a intervir, bem como o momento de abandono dessa intervenção.

Furtado irá propor que os ideais democráticos são os mesmo, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, porém o papel do Estado seria diferente. Portanto, para atingir os fins colimados, de manutenção da democracia e do desenvolvimento econômico, o Estado haveria de converter-se de mero prestador de serviços em transformador da estrutura econômica.

“O caso da economia subdesenvolvida, entretanto, é distinto. A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não poderá ser alcançado se a ação do estado se realizar de forma improvisada e assistemática. Para que o Estado possa entrar no momento devido e sair na ocasião oportuna, deve armar-se de uma visão de conjunto do processo econômico. E é a isso que chamamos de planejamento. Destarte, para alcançar os autênticos objetivos da sociedade democrática, em um país subdesenvolvido, o planejamento pode ser indispensável.”²⁷

²⁷FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*.p. 76.

3. A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO (1964)

Furtado apresenta o livro numa introdução, datada de janeiro de 1964, tratando da responsabilidade do intelectual, visto que se delineava um momento crítico na história nacional. A mudança de ministérios em meados de 1963, ingerências dos norte-americanos na política nacional sob o signo da Aliança para o Progresso, “a fábula” da instauração de um regime comunista ou república sindicalista no Brasil, agravada pela “síndrome de Cuba”, fazem com que Furtado prenuncie um momento de severa crise na democracia brasileira.²⁸ Esse livro torna-se particularmente interessante para o estudo da história dos conceitos ou mesmo para a história do discurso político porque, quando Furtado exalta a responsabilidade dos intelectuais, ele não pretende que exista uma “moral superior” para esses, mas que sua função nesse momento passa por desmistificar conceitos, principalmente de ordem política, como democracia, desenvolvimento, marxismo e revolução, que vinham sendo usados a serviço de “mitologias políticas” e abalavam a ordem constitucional. Portanto, Furtado pretende analisar conceitos tão caros à república, que lhe pareciam ser capazes, por si só, de garantir a estabilidade política no Brasil. Dialogando com a crítica de Sartre quanto ao alcance da dialética, e debatendo com as teorias de defesa do modelo democrático como propostas por Myrdal e Mannheim, Furtado vai propor uma teoria da mudança social baseada numa análise dialética do modelo democrático. Isso o leva a reunir os ensaios que constituem o livro que, por sua vez, não impediu o agravamento da crise e a ruptura institucional, mas nos serve como um documento rico para a análise de conceitos e da sociedade brasileira nesse momento de crise das instituições democráticas.

²⁸ A respeito do panorama de crise na democracia brasileira ver: FURTADO, Celso. *Fantasia Desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 178.

3.1 DESENVOLVIMENTO E DIALÉTICA

O primeiro capítulo do livro começa com a definição da dialética hegeliana como uma “lógica do desenvolvimento”. A partir dessa visão a história seria concebida como uma “oposição de forças em equilíbrio móvel” e seu desenvolvimento se daria pelo conflito das forças contrárias, que como estariam em equilíbrio, apresentam determinado “sentido”. São enunciadas as dificuldades de aplicação da dialética enquanto sistema filosófico em Hegel e as simplificações elaboradas por Marx a partir dela. Apesar do grande nível de abstração e simplificação das teorias de Marx, condicionando os demais segmentos da estrutura social à infraestrutura econômica, Furtado denota a eficácia desse modelo dialético no estudo dos processos históricos como modelo explicativo da mudança social. Dialogando com a antropologia cultural, Furtado irá elaborar sua própria teoria dialética da mudança social.

Dividindo o que ele chama de herança cultural em objetivos materiais (incluindo os processos de sua produção e uso) e não materiais (incluindo organização social, ciência, arte, filosofia, religião, costumes, etc.) Furtado irá concluir que quando avançam os elementos das bases materiais, os elementos não materiais têm de se ajustar, e por sua vez levarão a novas modificações nos elementos materiais. Como as mudanças nos elementos materiais ocorrem com muito mais rapidez e aceitação que no seu contraponto, pode-se dizer que o “focus cultural” em nossa sociedade ainda tem sua referência no campo da tecnologia, logo, na produção, como na teoria marxista. Para dar aplicabilidade a seu modelo dinâmico Furtado utiliza-se de um “princípio cumulativo”, como proposto por Myrdal, para definir o elemento dinâmico inicial das sociedades modernas, o qual ele conclui ser a técnica:

“Por um processo cumulativo ou de causação circular idêntico ao descrito por Myrdal, as inovações tecnológicas põem em marcha uma série de reações que passam a reproduzir-se *ad infinitum*: causam um aumento na produtividade média do sistema, que por sua vez causa maior disponibilidade de bens e serviços, que por sua vez causa maior impulso ao desenvolvimento científico, que por sua vez causa novos avanços tecnológicos”²⁹

²⁹FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. p. 12.

É evidentemente um modelo simplificador que reduz a poucas variáveis o desenvolvimento histórico, porém, sua importância se dá no reforço da proposta dialética que apresenta o histórico como algo em desenvolvimento, portanto, passível de compreensão somente a partir de hipóteses e modelos elementares, que com grande carga de intuição nos ajudam, pouco a pouco, a introduzir novos elementos e variáveis, que aproximem os modelos da realidade, e lhes deem cada vez mais aplicabilidade.

Furtado vai justificar a escolha de um modelo dinâmico para o estudo da mudança social admitindo que as mudanças causadas por inovações tecnológicas apresentam também um caráter dinâmico, na medida que provocam reações em cadeia na organização da produção, na distribuição do produto social, no campo econômico e em toda a estrutura social. Partindo dessa proposta, afirma-se que em momentos de grandes inovações na cultura material é comum o surgimento de grandes tensões sociais, caracterizando uma teoria da modernização própria, já que há a ressalva para o caso dos países subdesenvolvidos, nos quais, no passado, essas inovações não trouxeram necessariamente as revoluções sociais. Será ponderado que o conceito de mudança social, que derivado da antropologia e sociologia vinha justamente criticar a noção de sentido na história, ganha nova significação com a teoria do desenvolvimento econômico. Nesse caso, define-se desenvolvimento econômico como:

“um processo de mudança social pelo qual um numero crescente de necessidades humanas – preexistentes ou criadas pela própria mudança – são satisfeitas através de um diferenciação no sistema produtivo decorrente da introdução de inovações tecnológicas”³⁰

Nas sociedades capitalistas, as inovações tecnológicas acabam fomentando o conflito de classes, na medida em que o excedente gerado pela inovação tecnológica é retido pelos produtores ao invés de ser revertido, em parte, para a melhoria do bem estar social dos trabalhadores. A concorrência entre produtores reverte seus prejuízos para os assalariados, que por sua vez vão buscar formas mais efetivas, e por vezes ostensivas, para se organizar. Porém, isso não determina o entorpecimento do desenvolvimento econômico da sociedade em questão. Essas lutas de classes são decorrentes das formas mais eficientes que cada classe

³⁰Ibid. p. 29.

desenvolveu para defender seus interesses; e as tensões derivadas das transições de economias pré-capitalistas para as capitalistas dizem muito mais respeito ao abandono dos padrões culturais superados, que dos conflitos de classes propriamente ditos. Porém, nas economias ditas subdesenvolvidas, esse processo de assimilação de novas tecnologias e ajustamento das estruturas sociais tem suas peculiaridades, e não ocorre de forma tão dinâmica quanto ocorreu no passado das economias capitalistas desenvolvidas.

Nas economias subdesenvolvidas, as tecnologias são absorvidas, na maior parte, por empréstimo, o que leva a grandes dificuldades de adaptação das estruturas sociais. A penetração dessa tecnologia de empréstimo desorganiza a produção artesanal e cria um excedente de mão de obra sem absorção. O refluxo desse excedente para as formas artesanais de economia de subsistência cria uma dualidade no sistema econômico, que por sua vez agrava o problema da concentração de renda. Relegados a subempregos, os trabalhadores assalariados pouco desenvolvem a consciência de classe e resistência a apropriação do excedente pelo empresário, perpetrando a concentração de renda.

3.2 DESENVOLVIMENTO, LUTA DE CLASSES, MARXISMO E IDEOLOGIA

Furtado ressalta o papel dos conflitos sociais na introdução e difusão de inovações e novos valores nas culturas. Ao longo do livro será reconhecido o papel fundamental das lutas de classes no desenvolvimento das sociedades democrático-capitalistas.

A estratificação da sociedade em classes sociais é atribuída ao desenvolvimento do modelo de produção capitalista. Porém, o autor vai atentar para o fato de que Marx formula suas teorias tendo em vista a sociedade de seu tempo, em determinado estágio de desenvolvimento, e por conta disso, a aplicação irrestrita e universal de suas teorias não tem cabimento.

As condições formadas nos primórdios do capitalismo industrial, fruto também, em grande parte, da organização em cidades, geraram massas de trabalhadores sujeitos à instabilidade e ao desemprego, e levaram a formação de classes organizadas com interesses antagônicos. O desenvolvimento das forças produtivas faz crescer a importância dos empregos urbanos, levando o conflito para as cidades. Disso é concluído que as lutas de classes não foram o motor do desenvolvimento ao longo de toda história humana, como queria Marx e Engels, e sim que a organização de classes sociais e o conflito de seus interesses correspondem a diversas condições criadas em um período específico, caracterizado por rápida industrialização e urbanização. Indo além, será proposto que o desenvolvimento das organizações políticas não decorre especialmente do conflito entre classes sociais, mas dos “conflitos entre grupos humanos socialmente estratificados”, e no caso do capitalismo industrial, prepondera um tipo específico de conflito, caracterizado pela organização em classes sociais.

“Pela primeira vez o principal elemento motor no processo histórico deixa de ser os conflitos entre facções da classe dominante, pertencentes a um mesmo grupamento político ou a grupamentos diversos, para ser os conflitos engendrados pela própria organização social.”³¹

Essa especificidade faz essa sociedade estar muito mais sujeita a instabilidades internas, ao passo que aumenta o peso e influência da política e da participação de mais variados atores. Por conta dessa maior complexidade, o

³¹Ibid. p. 39.

papel do Estado passa a ter muito mais relevância. Será necessário um tipo de autoridade que institua regras gerais e cuja legitimidade não derive de laços de parentesco, mas sim da política, e neste sentido, cabe constatar que o Estado não seria meramente um instrumento repressivo da classe dominante, mas deve buscar legitimidade para com a população.

“O desenvolvimento do capitalismo industrial no século XIX repercutiu sobre as organizações políticas de duas formas: por um lado, a maior instabilidade social interna decorrente da luta de classes exigiu a criação de estruturas políticas muito mais flexíveis, a fim de que o poder mantivesse aquele mínimo de legitimidade exigido; por outro lado, o enriquecimento da sociedade fez aumentar enormemente as necessidades coletivas, o que exigiu um inusitado crescimento do aparelho estatal prestador de serviços. Os regimes democráticos modernos são o resultado da ação convergente dessas duas forças”³²

Como efeito da divisão da sociedade em classes sociais, a política adquire uma importância inédita, e a evolução dessas instituições políticas caminhou em direção da ampliação da representação. Porém, para Furtado, é somente a partir do aumento do número de pessoas que adquirem representação política que a luta de classes adquire status de “instrumento propulsor do desenvolvimento das forças produtivas”. Furtado irá citar Engels, em um de seus primeiros escritos, enquanto ainda não se tinha proposto que a luta de classes poderia ser evitada por um governo totalitário, no qual ele propõe que: “a república democrática é a única forma de Estado em que a luta definitiva entre proletariado e burguesia pode realizar-se”.³³

A crítica que Furtado faz a Marx nesse momento se dá no sentido que este via o crescimento das funções do Estado como um mero artifício burocrático de manutenção de privilégios, enquanto aquele o vê como decorrência de maior representação e demandas.

Quando se indaga se as lutas de classes aumentaram ou diminuíram ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial, Furtado irá responder que nas economias mais desenvolvidas, essa tendeu a adquirir novas formas, que não ações revolucionárias, mas “grupos de pressão de atuação permanente e tecnicamente orientada”, como os sindicatos, e que o único tipo de organização

³²Ibid. p. 41.

³³ENGELS, Friedrich. apud FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. p. 42.

dentro do capitalismo que buscou eliminar completamente os conflitos de classes foram o de tipo fascista, e estes se mostraram insustentáveis em longo prazo.

“uma democracia estável exige a manifestação de conflitos e desuniões, de forma que possa haver luta pelas posições de mando, desafio aos que estão no poder e mudança daqueles que exercem o poder”³⁴

Apesar de criticar a visão marxista do Estado como exclusivamente força de repressão e mantenedor de privilégios, Furtado reconhece a função desse como mantenedor do *status quo*, o que determina privilégios de uma minoria social. Porém, para ele, o desenvolvimento da sociedade democrática opera na gradual eliminação dos privilégios “anti-sociais” que prejudiquem a expansão das forças produtivas. Nesse sentido, o Estado democrático capitalista não opera necessariamente na eliminação de privilégios, mas na eliminação de privilégios que atrapalhem o desenvolvimento das forças produtivas. Por conta disso, ele pode ser considerado um sistema aberto, já que atua a favor de todos os que contribuem no processo produtivo. Partindo dessas concepções, Furtado vai afirmar a existência de um “interesse social”, acima dos grupos e classes, guiado pelo desenvolvimento das forças produtivas; sendo assim, faz-se necessário um marco institucional flexível, que possa se reformular para aliviar a pressão dos conflitos, sob a perspectiva desse desenvolvimento.

Furtado irá argumentar que até então a economia capitalista, com toda desigualdade que lhe é peculiar, havia sido a única forma de organização que comportou o funcionamento de uma sociedade democrática; o que o induz a conceber a importância da desigualdade para a democracia. Como já foi dito antes, o progresso das liberdades nas sociedades democrático-capitalistas se deu pela sua estabilidade institucional; e esta, por sua vez, é mantida pelo dinamismo entre uma classe poderosa com amplos interesses a defender, e outras classes que demandam maior participação no produto, e a manutenção deste dinamismo representa a estabilidade institucional da democracia.

“Se nos detivermos na análise desses fatos veremos que somente dentro de um modelo dinâmico será possível compreender as inter-relações dessas duas forças

³⁴LIPSET, S. M. apud FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. p. 45.

aparentemente divergente. Sempre que o sistema se mantinha crescendo torna-se viável evitar a agravação do conflito de classes atendendo as reivindicações dos trabalhadores sem contudo comprometer fundamentalmente os privilégios. Sendo assim, cabe concluir que o progresso das liberdades cívicas nas sociedades burguesas resultou menos da efetiva participação da classe trabalhadora nas decisões políticas, do que da confiança que a classe capitalista foi adquirindo num quadro de instituições políticas flexíveis”³⁵

Como manter a estabilidade numa sociedade sem classes e interesses econômicos coerentes numa linha política? Para Mannheim, na experiência soviética, esse problema demandava:

“vencer três tipos de dificuldades: como criar um novo grupo dirigente disposto a garantir uma ordem social estável, como descobrir fatores de definição de posição social que não fossem a renda e a propriedade, e como proporcionar novos incentivos ao trabalho”.³⁶

Essa preocupação demonstra o diálogo com as ideias desenvolvidas por Schumpeter, relativas à dificuldade de implantação e manutenção de um modelo democrático sob um regime comunista, no qual esse também propõe que “a sociedade socialista carece das restrições automáticas impostas à atmosfera política pelo sistema burguês.”³⁷

“À primeira vista, o socialismo não possui nenhuma clara solução para o problema que foi resolvido em outras formas de sociedade pela existência de uma classe política de tradições estáveis”³⁸

Furtado conclui que a consolidação gradual das liberdades cívicas esteve profundamente relacionada ao desenvolvimento das sociedades capitalista industrial. Isso porque, segundo ele, a doutrina liberal e o desenvolvimento do capitalismo, apesar de respaldarem a manutenção de privilégios, davam a possibilidade para o gradativo aumento da participação das classes trabalhadoras, e com isso, o questionamento desses privilégios. O que, por outro lado, não teria como ocorrer numa sociedade como a soviética, que, sem espaço para o conflito de classes com interesses distintos, tem seu desenvolvimento exclusivamente dependente de órgãos que representem a coletividade, com os diversos problemas

³⁵FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. p. 48.

³⁶MANNHEIM, Karl. apud FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. p. 49.

³⁷SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. p. 372.

³⁸Ibid. p. 375.

como os citados acima por Mannheim. E essa dúvida, até então não resolvida pela sociedade soviética, faz Furtado concluir que, apesar das desigualdades, a sociedade democrático-capitalista desenvolveu-se de forma cada vez mais aberta à ação individual, enquanto certamente não se podia dizer o mesmo da sociedade soviética.

Furtado buscará estabelecer as diferenças entre as concepções de Marx em torno da ideia de revolução e desenvolvimento econômico, tratando de, para isso, historicizar as ideias de Marx.

Segundo Furtado, o século XIX foi um momento em que os ajustamentos sociais se deram, em grande parte, na forma de revoluções ou quase-revoluções. Isso era decorrente do fato de que pela primeira vez na história surgira um sistema no qual a luta de classes com interesses antagônicos representara um papel fundamental no desenvolvimento. Segundo o socialismo revolucionário de Marx e a teoria da luta de classes, a cada revolução a classe dominante era substituída por outra, e dentro dessa um pequeno grupo se apossava da máquina do Estado, utilizando-se das instituições para realização de seus interesses próprios, fazendo com isso que a revolução fosse um artifício para minorias tomarem o poder. Para Marx, isso viria a cessar em uma próxima revolução na qual o proletariado tomaria o poder e acabaria com a luta de classes, levando ao famigerado fim da história. Ele tinha certeza de que outra revolução viria quando concluiu que as crises econômicas eram inevitáveis e cada vez mais graves, criando as condições pré-revolucionárias. Porém, ele não previu que apesar das crises, ao longo da segunda metade do século XIX, a burguesia foi flexibilizando suas instituições e incorporando novas classes em posições de decisão. O desenvolvimento econômico permitiu que as reivindicações dos trabalhadores fossem gradativamente satisfeitas sem um movimento revolucionário.

“A revolução social é, portanto, um fenômeno que caracteriza uma época, e a rapidez com que se processa somente as condições históricas poderão determiná-la.” [...] “A renovação do pensamento revolucionário em Lênin consistiu essencialmente numa volta as posições de Marx em 1848. É perfeitamente compreensível esta mudança, porquanto a Rússia do começo do século XX em nada diferia da Europa Ocidental do início do século anterior, quando mais fosse porque o social e politicamente apresentava um grau de desenvolvimento menor. As idéias de Lênin estiveram sempre orientadas para a ação, o que lhes dava uma

grande eficácia nas condições concretas para as quais haviam sido formuladas, mas pareciam de grande estreiteza para os observadores da Europa Ocidental.”³⁹

Com Lênin a luta revolucionária ganha feições profissionais. Os intelectuais haveriam de instruir os operários com a ideologia revolucionária para combater a autocracia e não mais esperar as crises como queria Marx. Ele nunca negou Marx e Engels, mas os interpretou a sua maneira, legando grande importância para a ideologia. E esta não havia surgido da luta de classes como descrito por Marx, mas sim elaborada por minorias intelectuais e difundida no meio dos trabalhadores, como uma luta contra a polícia política, num contexto de guerra. Furtado atenta para o fato de que se essa ideologia não eclode como uma necessidade histórica, e na verdade é forjada por profissionais, abre-se espaço para uma resistência também ideológica e profissional por parte da burguesia, que iria culminar no fascismo.

³⁹FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. Pp. 57-58.

3.3 DESENVOLVIMENTO E DEMOCRACIA

“O desenvolvimento econômico, sendo fundamentalmente um processo de incorporação e propagação de novas técnicas, implica modificações de tipo estrutural, tanto no sistema de produção como no de distribuição. A forma como se efetivam essas modificações depende, em boa medida, do grau de flexibilidade do marco institucional dentro do qual opera a economia. E a esse grau de flexibilidade não é alheia a maior ou menor aptidão das classes dirigentes para superar as limitações naturais de seu horizonte ideológico”⁴⁰

Considerando o desenvolvimento econômico como “o processo de expansão do sistema produtivo que serve de suporte a uma dada sociedade”, Furtado vai atentar para um mecanismo fundamental ao desenvolvimento que ele chama de mecanismo de “autolimitação”. Este seria imposto, como sugere o nome, pela própria sociedade em relação à utilização do produto social. Até o surgimento das economias planificadas, essa “autolimitação” teve como maior característica a insistência na manutenção de extremas desigualdades na distribuição e, conseqüentemente, concentração de renda. Nas sociedades onde coexistam concentração de riqueza, classes sociais e controle dos bens de produção por grupos minoritários, esse mecanismo pode ser entendido como um recurso para perpetuar a acumulação. Porém, o desenvolvimento não depende exclusivamente da acumulação, sendo necessário para sua expansão um movimento de distribuição de renda.

Segundo Furtado, numa sociedade capitalista como temos descrito, o desenvolvimento é impulsionado por duas forças principais: o impulso à acumulação e o impulso à melhoria das condições de vida das grandes massas. Nas fases iniciais do desenvolvimento capitalista, predomina o impulso à acumulação, tendo pouca importância o papel dos trabalhadores, enquanto nas fases mais avançadas do capitalismo a dinâmica tende a pender para o lado desses. A oferta de mão de obra tem a tendência a se tornar mais inelástica com o desenvolvimento do capitalismo, o que levaria ao fortalecimento crescente da posição da classe trabalhadora, porém, essa tendência não se concretiza necessariamente porque a tecnologia atua indiretamente no sentido de aumentar a oferta de mão de obra.

⁴⁰Ibid. p. 63.

“Servindo aos interesses da classe capitalista, que a financiava, a pesquisa tecnológica condicionou a evolução dos processos produtivos de forma a permitir que a acumulação se mantivesse a um ritmo suficientemente alto para absorver a poupança disponível, ao mesmo tempo que anulava os efeitos da escassez relativa de mão de obra sobre a distribuição de renda.”⁴¹

Apesar dessa aparente impossibilidade de ascensão da classe trabalhadora, dadas as limitações impostas por diversas formas de controle da classe capitalista, Furtado vai argumentar que esse controle é somente parcial, visto que o desenvolvimento necessita de movimentos de distribuição. Essas formas de dominação, baseadas em instrumentos como a tecnologia, tem suas limitações, visto que, se a automação fosse elevada além de determinado nível, isso levaria a um processo de depressão econômica que viria a afetar os lucros da classe capitalista. Logo, a agressividade decorrente das manifestações de trabalhadores por maior participação no produto social leva a um maior investimento em tecnologia, mas esse tem limites, o que faz com que os dirigentes capitalistas tivessem que reconhecer lideranças nas classes trabalhadoras nas decisões econômicas. Nesse momento fica explícita a importância dada por Furtado à questão da distribuição de renda e do conflito social. Ambos serão apresentados como fatores dinâmicos, inerentes ao desenvolvimento, desclassificando o que pretendiam críticos ao afirmarem que Furtado representava os interesses da burguesia industrial.

“As modernas democracias capitalistas são o coroamento da evolução das forças que vimos de delinear. Nelas os centros de decisão mais significativos estão nas mãos da classe capitalista, detentora dos bens de produção. Contudo, o dinamismo dessas sociedades depende em última instância das aspirações e da agressividade das massas trabalhadoras, cuja participação nas decisões políticas é principalmente indireta. No plano econômico, a ação das massas trabalhadoras constitui o fator primário de desenvolvimento, orientando-se as classes dirigentes por uma estratégia defensiva, de caráter compensatório.”⁴²

Furtado acredita que nas sociedades democrático-capitalistas o exercício do poder tende a autolimitar-se, e que a existência de classes sociais com interesses antagônicos é fundamental para garantir o crescimento desse tipo de sociedade. Contudo, Furtado vai argumentar que, com o desenvolvimento da economia capitalista, mais os interesses da classe trabalhadora vão se aproximar

⁴¹Ibid. p. 66.

⁴²Ibid. p. 67.

dos interesses da coletividade total, e que a afinidade de interesses da sociedade se baseará na dicotomia desenvolvimento-estagnação e na ideologia do nacionalismo.

“Os antagonismos de classes nas democracias capitalistas traduzem-se, no plano subjetivo, em uma polivalência ideológica. Surge uma coexistência de ideologias, isto é, de distintas interpretações de interesse social e de diversos projetos com respeito ao futuro da sociedade.” [...] “A afinidade de interesses vem a tona, em particular, quando se coloca o problema da dicotomia desenvolvimento-estagnação. Nas fases de crescimento todos os problemas parecem de fácil solução, e nas de estagnação as menores dificuldades parecem inanimáveis. Com efeito, nas fases de crescimento, os horizontes ideológicos se ampliam e os pontos de superposição se multiplicam. Contudo, a ambivalência ideológica fundamental está sempre presente, como reflexo do antagonismo de classes. Eliminá-la seria retirar da sociedade capitalista um dos fatores essenciais de seu dinamismo. Como o desenvolvimento moderno se realizou no marco do Estado-Nação, através da formação e defesa dos mercados nacionais, os interesses do desenvolvimento encontraram sua expressão política máxima no nacionalismo, única ideologia capaz de integrar em sua plenitude interesses antagônicos de classes.”⁴³

Para argumentar a respeito da necessidade de flexibilidade, Furtado fará uma reconstituição histórica do marco institucional do capitalismo. Ele irá argumentar que as reivindicações por liberdade cívicas e independência nacional das revoluções do fim do século XVIII e XIX, ao vincularem-se com o *laissez-faire*, permitiram ao capitalismo abrigar uma grande gama de benefícios protegidos como direitos fundamentais. Com as reivindicações por direitos iguais por parte da burguesia perante a nobreza, foi forjada a base para os governos representativos, que apesar de censitários, foram ampliando a representação ao longo do tempo. Porém, à medida que foram aumentando os graus de representatividade, vários artifícios foram criados para a manutenção dos privilégios já instituídos. Ele usa como exemplo o constitucionalismo, que ao mesmo tempo em que formalizava direitos, legitimava e assegurava privilégios. As revoluções, marcas das grandes transformações no marco institucional nas democracias capitalistas, correm normalmente como uma ruptura dentro da própria classe dirigente, sendo na maior parte das vezes um freio para o real desenvolvimento.

⁴³Ibid. p. 69.

“Estes movimentos (revolucionários) resultam, via de regra, de rupturas dentro das classes dirigentes e constituem, na maioria dos casos, uma forma de precipitar transformações inevitáveis, prevenindo uma maior agravação de tensões sociais que poderiam provocar movimentos de maior profundidade na estrutura social e por em risco a posição daquelas classes. Desta forma, nos movimentos revolucionários se entrelaçam e muitas vezes se apóiam mutuamente forças orientadas no sentido de remover obstáculos ao desenvolvimento da sociedade com outras que visam a entorpecer o autentico processo de democratização. Assim, certas conquistas sociais são conseguidas ao mesmo tempo em que se limita, por meios oblíquos, a representatividade popular no Governo. Como essa redução da representatividade do Governo terá conseqüências em todo o processo social, reduzindo a elasticidade institucional e freando o acesso a outras conquistas sociais, o avanço logrado pelo caminho revolucionário terá sido apenas aparente.”⁴⁴

O desenvolvimento da democracia capitalista apresenta diferença em distintos contextos históricos, o que é fundamental para entender o caso do Brasil sob a visão furtadiana. Segundo ele, o fato de um país já ter tido algum tipo efetivo de governo representativo antes da introdução da indústria faz grande diferença no desenvolvimento desse. Ele atenta para o fato de que países que não haviam passado por nenhuma experiência eficaz de governo representativo antes do capitalismo industrial, como o caso do Brasil, o desenvolvimento econômico determinou diversas rupturas e movimentos revolucionários e contrarrevolucionários, comprometendo o processo de democratização. Ainda nesses casos o *laissez-faire* não se desenvolve como nas economias “antigas”, sendo necessária a adoção de economias mistas, ou seja, com o devido controle do Estado em áreas estratégicas. Após a primeira guerra mundial houve grande crescimento da máquina estatal em diversas sociedades capitalistas, o que leva refletir sobre os problemas de burocratização e massificação em oposição a real democratização e aumento da participação.

“Explica-se, assim, que as atuais estruturas subdesenvolvidas sejam economias pouco dinâmicas, com fortes impulsos internos a estagnação. As condições que tendem a transformar as massas trabalhadoras num fator de dinamismo só muito lentamente se configuram. A organização da massa trabalhadora, a exemplo do que ocorre com a assimilação da tecnologia, reflete critérios setoriais e não a evolução de conjunto das forças produtivas. A luta para aumentar a participação no produto não é conduzida pelo conjunto das massas trabalhadoras e sim por grupos minoritários que ocupam posições estratégicas. Em conseqüência, torna-se possível a classe capitalista transferir a pressão para o conjunto da massa consumidora, pagando as próprias massas trabalhadoras pelos melhores salários dos grupos privilegiados, sem prejuízo para a participação da classe capitalista no

⁴⁴Ibid. p. 74.

produto. Dependendo o crescimento dessas economias, basicamente, da ação dos grupos responsáveis pelo processo acumulativo, as condições históricas que permitiram a surgimento desses grupos e dentro das quais eles atuam devem ser consideradas em cada caso, se pretendemos identificar as efetivas possibilidades de crescimento de uma determinada sociedade de estrutura econômica subdesenvolvida dentro da dinâmica do capitalismo.”⁴⁵

⁴⁵Ibid. p. 78.

4. Conclusão

Seja na defesa da flexibilização das instituições e da correção dos anacronismos do país para evitar a via revolucionária, ou na teoria dialética da mudança social, podemos notar a importância atribuída à determinada concepção do modelo democrático, que vai sendo construída ao longo dos livros por Furtado.

A ênfase dada por ele à questão da competição, dos conflitos sociais e da disputa pelo poder na democracia, nos remete claramente à discussão proposta por Schumpeter quanto à “concepção elitista da democracia”.⁴⁶ Assim como Schumpeter, Furtado associa o desenvolvimento da democracia moderna com a evolução do capitalismo, porém, algumas diferenças podem ser notadas na visão de cada um dos autores, principalmente no tocante à participação popular no exercício da democracia.

Schumpeter elabora sua teoria elitista da democracia a partir da crítica à teoria democrática clássica, elaborada no século XVIII, tendo como grande protagonista Rousseau. A crítica de Schumpeter compete principalmente ao protagonismo do povo e a noção de vontade coletiva, que segundo ele, seriam concepções enganosas. Ele defende a democracia representativa em detrimento à proposta clássica de democracia participativa, que não faria sentido nas sociedades modernas. Nesse sentido, a democracia é vista como um método, com o qual o povo deve organizar-se para a escolha de seus representantes. Porém, a principal característica da democracia schumpeteriana seria o foco não no processo de participação do povo, mas sim no processo de competição entre as elites pelo poder político. Nesse sentido, os verdadeiros protagonistas da democracia seriam os membros das elites políticas, enquanto o povo ficaria restrito ao papel de eleitores e atores secundários.

“Segundo a visão que adotamos, democracia não significa e não pode significar que o povo realmente governe, em qualquer sentido óbvio dos termos ‘povo’ e ‘governe’. Democracia significa apenas que o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar as pessoas designadas para governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso de maneira inteiramente não-democrática, temos de estreitar nossa definição, acrescentando

⁴⁶COSTA, H. O. *Democracia e participação na teoria pluralista*. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/a2.pdf>> Acesso em 08 jun. 2011.

mais um critério que defina o método democrático, ou seja, a livre competição entre líderes potenciais pelo voto do eleitorado.”⁴⁷

Durante passagens do “Dialética do desenvolvimento”, ao associar o desenvolvimento da democracia com o do capitalismo, Furtado argumenta como essa funcionou de reguladora entre a manutenção do *status quo* e a progressiva incorporação de novas demandas de grupos emergentes na vida política. A democracia seria o modelo que permite o embate, participação e manifestação de diferentes propostas a serem incorporadas gradativamente. Apesar de funcionar como elemento mantenedor de estabilidade e legitimidade para as elites, diferentemente de Schumpeter, Furtado acredita na expansão da participação e da representação políticas com a democracia, e não pensava, como seu predecessor, que a hegemonia do poder político se manteria sempre restrita a um grupo ou classe. E pelo contrário, pensava que a ambivalência ideológica e os antagonismo de classes, garantidos por um marco institucional flexível, seriam fatores de dinamismo da sociedade capitalista-democrática.

Neste ponto me parece que Furtado aproxima sua concepção do desenvolvimento da democracia com a proposta que será posteriormente formulada por Dahl, em sua obra “Poliarquia: participação e oposição” (1971), quanto a evolução da democratização das poliarquias através do aumento da possibilidade de contestação pública (liberalização) e participação (inclusividade).⁴⁸

“Tanto histórica como contemporaneamente, os regimes variam também na proporção da população habilitada a participar, num plano mais ou menos igual, do controle e da contestação à conduta do governo. Uma escala refletindo a amplitude do direito de participação na contestação pública nos permitiria compara diferentes regimes segundo sua inclusividade. O direito de voto em eleições livres e idôneas, por exemplo, participa das duas dimensões. Quando um regime garante este direito a alguns de seus cidadãos, ele caminha para uma maior contestação pública. Mas, quanto maior a proporção de cidadãos que desfruta do direito, mais inclusivo é o regime.”⁴⁹

Partindo das concepções de Schumpeter a respeito da democracia representativa Dahl irá propor uma “teoria pluralista de democracia”. Ele

⁴⁷SCHUMPETER, J. A. Op. cit.

⁴⁸É possível que Furtado tenha tido contato com a primeira obra de Dahl “Prefácio à teoria democrática”(1951), mas não achei nenhum indício que isso tenha acontecido; acredito que seu diálogo se dê por meio de interlocutores em comum como Myrdal e Schumpeter.

⁴⁹DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997. p. 28.

concordará com Schumpeter quanto à impossibilidade do exercício da democracia direta e irá afirmar que um governo democrático deve buscar assegurar a máxima representação política, afastando-se da concepção elitista. A poliarquia, que seria a representação realizável do ideal democrático, “se caracteriza por regimes políticos com baixos índices de coerção, elevados índices de persuasão e uma relativa autonomia dos indivíduos no que respeita ao poder constituído.”⁵⁰ Portanto, quanto mais representação e pluralidade de interesses, mais próximo da democracia ideal.

“Está explícito, portanto, no modelo dalhsiano, que o poder está pluralisticamente distribuído, não há o exercício do poder por uma determinada classe e/ou grupos. Ou seja, como o poder é múltiplo, nenhuma classe e/ou grupo é capaz de impor sua dominação a toda sociedade.”⁵¹

Na relação entre representação e pluralidade entraria o papel do Estado como árbitro na distribuição de poder, garantindo que não haja excessiva concentração. Apesar disso, Dahl declara ser saudável à democracia a adoção de um modelo de mercado liberal e com pouca intervenção estatal na economia. É desnecessário falar do desacordo de Furtado em relação a essa proposta, devido à trajetória do desenvolvimento brasileiro, mas quanto às críticas a teoria de Dahl em relação ao caso do Brasil vale conhecer a crítica de Wanderley Guilherme dos Santos à poliarquia, mas isso é assunto para outro estudo.

Espero ter atingido meus objetivos, demonstrando a singularidade do nacional desenvolvimentismo democrático de Furtado e ilustrando a discussão em torno do conceito de democracia como proposto nas obras do período analisado. Meu intento é, um dia, vir a realizar uma pesquisa do “discurso político”, em um estudo da linguagem, como propriamente proposto por Pocock, sobre o conceito de democracia e sua apropriação por diversos intelectuais. Tendo como foco o mesmo período analisado nesta monografia e as obras de Furtado, que como disse na introdução do trabalho, me parecem propícios para identificar um lance e a mudança de paradigmas conceituais.

⁵⁰COSTA, H. O. Op. Cit. p. 221.

⁵¹Ibid. p. 223.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERNARDES, D.; LIMA, M. *Celso Furtado e a pré-revolução brasileira*. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 02 jun. 2011.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *As três interpretações da dependência*. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 06 jun. 2011.

CÊPEDA, V. A. *O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia*. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 15 mai. 2011.

CEPÊDA, V. A. *Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento*. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 15 mai. 2011.

CEPÊDA, V. A. *Reverendo o lugar da democracia no processo de modernização: as matrizes da teoria furtadiana do desenvolvimento*. Disponível em <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/viewFile/150/114>> Acesso em 05 jun. 2011.

COSTA, H. O. *Democracia e participação na teoria pluralista*. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/pdf/8.1/a2.pdf>> Acesso em 08 jun. 2011.

DAHL, Robert. *Poliarquia: Participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1997.

FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso. *Dialética do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, Celso. *Fantasia Desfeita*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado dos tempos históricos: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

MEDICI, André. *Autonomia, democracia e reformas estruturais, como indutores do processo de desenvolvimento no Brasil, na obra de Furtado*. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 05 jun. 2011.

MOREIRA, M. S. *Poliarquia em debate: limites e contribuições da teoria democrática dahlsiana*. Disponível em

<<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT01/Marcelo%20Sevaybricker%20Moreira.pdf>> Acesso em 10 jun. 2011.

MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1989.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Atica, 1990.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: edusp, 2003.

RICUPERO, Bernardo. *Celso Furtado e o pensamento social brasileiro*. Disponível em <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/>> Acesso em 10 abr. 2011.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.